

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021
UNIDADE GESTORA SEMAGRO – 710101
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A UG 710101 – SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.351.589/0001-29, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, 1031 - Bloco, 12 - Parque dos Poderes, CEP 79.031-310 – Campo Grande/MS.

As atividades operacionais durante o exercício de 2021 da UG 710101 foram amparadas pela Lei Estadual n. 5.618, de 17 de dezembro de 2020, na LOA – Lei Orçamentária Anual e pelas leis e decretos que autorizam os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2021, publicado em Diário Oficial n. 10.355-Suplemento II, de 18 de dezembro de 2020.

O Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício de 2021 foi estabelecido pelo Decreto nº 15.610, de 22 de fevereiro 2021, publicado em DO. N. 10.416, de 23 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do exercício de 2021.

As demonstrações contábeis incluídas neste Relatório Contábil foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF) sistema este que registra os atos e fatos referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão constantes na nota explicativa. As demonstrações contábeis, objetos das Notas Explicativas foram elaboradas em conformidade com a legislação:

Balço Orçamentário (BO);

Balço Financeiro (BF);

Balço Patrimonial (BP);

Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP);

Demonstrativo da Dívida Flutuante;

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Notas Explicativas (NE).

Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A SEMAGRO propõe e executa estratégias, programas e diretrizes, objetivando o fortalecimento o desenvolvimento e a defesa das cadeias produtivas, preservando o meio ambiente e os recursos hídricos para o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

3 Base de Preparação

As demonstrações contábeis da Nota Explicativa foram elaboradas com base de dados extraídos no Sistema de Planejamento e Finanças do Estado (SPF) sistema este que registra os atos e fatos referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão constantes na nota explicativa.

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 21 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 NBCs TSP, quando aplicáveis). A gestão orçamentária foi formulada conforme os instrumentos constitucionais legais conforme descritos abaixo:

Plano Plurianual - PPA: O Plano Plurianual instituído pela Lei 5.617, de 17 de dezembro de 2020, para o período de 2020-2023, se constitui numa importante peça do sistema de planejamento governamental definida pela Carta Magna, estabelecendo de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para os dispêndios e investimentos e as pertinentes aos programas de

duração continuada. Assim o Plano Plurianual constitui-se em instrumento intermediário entre o Planejamento Estratégico de longo prazo e os orçamentos anuais.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 foram estabelecidas pela Lei n. 5.543, de 15 de julho de 2020, publicado no DOE. n. 10.227, 16 de julho de 2020, contemplando as prioridades e metas a serem alcançadas pelas ações governamentais, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, no § 2º do art. 159 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Lei Orçamentária Anual – LOA: O orçamento de 2021 foi aprovado pela Lei n. 5.618, de 17 de dezembro de 2020, apresentando a estimativa da receita e a fixação da despesa nos termos das Constituições Federal e Estadual e, compatível com as ações estruturadas pelo PPA e as diretrizes estabelecidas na LDO..

No orçamento aprovado, a despesa da unidade orçamentária é classificada por:

- Função, Subfunção e programa;
- Categoria Econômica e Grupo de Despesas;
- Fontes de Recursos e Modalidades de Aplicação

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

4 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) - Anexo 12

O Balanço Orçamentário evidencia, a dotação inicial, com a dotação atualizada para o exercício, demonstrando as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo de dotação.

É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

5.1 Dotação Atualizada

A diferença demonstrada entre a "Dotação Inicial" e a "Dotação Atualizada" da despesa, no montante de R\$ 182.623.900,00 refere-se ao valor global da dotação adicional por fonte.

DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR
Dotação Inicial	33.720.500,00
Crédito Adicional-Suplementar	198.810.800,00
Cancelamento/Remanejamento de Dotação	(16.186.900,00)
Dotação Atualizada	216.344.400,00

5.2 Créditos Adicionais

CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR
Inciso I – Superávit Financeiro de exercício anterior	44.072.200,00
Inciso II – Excesso de Arrecadação	84.142.900,00
Inciso III – Anulação de Dotação	54.408.800,00
Total Créditos Adicionais	182.623.900,00

5.3 Execução dos Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar Não Processados Liquidados durante o exercício, foram transferidos para Restos a Pagar Processados conforme dispõe IPC 03-Encerramento de Contas Contábeis no PCASP (Balancete mês 014): "No encerramento do exercício, o saldo da conta de Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar é transferido para a conta de Restos a Pagar Processados a Pagar. Ou seja, os Restos a Pagar não Processados que forem liquidados, ao final do exercício em que ocorreu a liquidação, são transformados em Restos a Pagar Processados"

5.4 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E PROCESSADOS PAGOS NO EXERCÍCIO

O Saldo dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores em, 31 de dezembro de 2021, que foram pagos e cancelados no exercício.

Processados Pagos

Descrição	Valor
Restos a pagar processados pagos no exercício	1.033.826,08
Restos a pagar processados cancelados no exercício	16.090,20
Restos a pagar não processados cancelados no exercício	191.949,08

Ato Legal autorizativo do cancelamento dos restos a pagar Decreto n. 15.800, de 4 de novembro de 2021, publicação DO. N. 10.672, de 5 de novembro de 2021 pg. 3-7, dispõe sobre o encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

5.5. Conciliação dos Valores do Balanço Orçamentário (Anexo 12) com os Valores do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (Anexo 18).

5.5.1 Outros Ingressos Operacionais

Anexo 12-Balanço Orçamentário (BO)		Anexo 18-Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	
Composição Outros Ingressos Operacionais		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Ingressos Desembolsos	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Receitas Correntes	0,00	Outros Ingressos Operacionais	220.003.889,96
Transferências Financeira Recebidas	203.348.263,43		
Outras Receitas Correntes	0,00		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.066.387,89		
Outros Recebimentos Extraordinários	11.496.406,38		
Grupo 1135 - Movimento Credor	92.832,26		
Total	220.003.889,96	Total	220.003.889,96

5.5.2 Despesas Pagas/Desembolsos

Anexo 12-Balanço Orçamentário (BO)	Anexo 18-Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
------------------------------------	---

Despesas Pagas + Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento Desembolsos	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	21.857.221,61	Pessoal e demais despesas	21.520.224,89
Juros e Encargos da Dívida		Juros e encargos da dívida	
Outras Despesas Correntes	4.841.035,49	Aquisição de ativo ñ circulante	14.640.303,32
Investimentos	47.242.910,91	Outros desembolsos de Investimentos	1.386.445,18
		Transferências Concedidas	36.394.194,62
TOTAL	73.941.168,01	TOTAL	73.941.168,01

5.6 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 101.973.236,98 e é obtido por meio da diferença entre a despesa autorizada no período de R\$ 216.344.400,00 e a despesa empenhada de R\$ 114.371.163,02.

Descrição	R\$
Dotação Inicial	33.720.500,00
Dotação Atualizada	216.344.400,00
Despesas Empenhadas	(114.371.163,02)
Despesas Liquidadas	73.054.355,24
Despesas Pagas	72.907.341,93
Resultado Orçamentário Superavitário	101.973.236,98

6 BALANÇO FINANCEIRO (BF) - Anexo 13

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira, demonstrando:

- Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada, por fonte destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os Recebimentos e os Pagamentos Extraorçamentários;
- as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária,
- o Saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Ou seja, no Anexo 13-Balanço Financeiro, por ser elaborado pelo Regime de Caixa (MCASP), são considerados somente os registros que "sensibilizem" caixa ou equivalentes, diferente do Balancete Contábil e do Anexo 17-Demonstrativo da Dívida Flutuante, pois nesses demonstrativos são considerados todos os registros contábeis. As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, conforme faculta o MCASP, como ajuste de metodologia, citados nos itens 3.5 e 6.5 da parte V do MCASP, sendo que as inscrições de Restos a Pagar Processados são registradas pelo valor líquido, ou seja, os valores inscritos já se encontram descontados suas devidas retenções, preservando o equilíbrio entre os demonstrativos bem como o Passivo Financeiro (F) do ente. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

6.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar.

6.2. Transferências Financeiras Recebidas - Refletem as movimentações de recursos Financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e, classificadas em orçamentárias e extraorçamentárias.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			
Descrição	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	203.348.263,43		203.348.263,43
TOTAL	203.348.263,43	0	203.348.263,43

Os valores das transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 203.348.263,43, subdividem-se da seguinte forma:

6.2.1 Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária

- a) FADEFE-UG 110904 - R\$ 1.540.903,35
- b) FUNTER-UG 710904 O valor de R\$ 877.580,35
- c) FUNDEMS-UG 710905 o valor de R\$ 51.481,95
- d) Coordenadoria Financeira do Órgão Superior – UG 900003 o valor de R\$ 200.878.297,78.

6.2.2 Transferências Financeiras Concedidas O Balanço Financeiro Evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
Descrição	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
	31.812.637,56		31.812.637,56
TOTAL	31.812.637,56	0	31.812.637,56

Os valores referentes as transferências concedidas para execução orçamentária no montante de R\$ 31.812.637,56 subdividem-se da seguinte forma:

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA-UG 310101, o valor de R\$.1.110.000,00, para atender pagamento com diárias aos Militares.

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS UG 570201, para pagamentos das obras junto a AGESUL o valor de R\$ 30.483.497,60.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL-UG 710204, devolução de repasse financeiro, referente a contrapartida da fonte 3244 - IMASUL, referente a rendimento bancário, o valor de R\$ 107.423,43.

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE MILHO E SOJA-UG 710905, devolução do saldo do Contrato de Repasse,o valor de R\$ 82.781,23.

COORDENADORIA FINANCEIRA DO ORGAO SUPERIOR-UG 900003, restituições de saldo de convênios, o valor de R\$ 28.935,30.

6.3 RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS E PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS

Outros Recebimentos Extra orçamentários - Compreendem os ingressos não previstos no orçamento.

No grupo de recebimentos extra orçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Consistem, por exemplo, em folha, fianças, cauções, e inscrição de restos a pagar, com a função de compensar o valor de despesa orçamentária imputada como realizada (empenhada), porém não paga no exercício da emissão do empenho, em atendimento ao parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal n. 4.320/64.

Outros Pagamentos ExtraOrçamentários - Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como segue:

a) relativos a obrigações que representam ingressos extra orçamentários (ex. devolução de depósitos); e

b) restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício;

CONTA CONTÁBIL	OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTARIOS	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS
113110102-13º Salário Adiantamento	336.968,65	336.968,65
113810600-Valores Em Trânsito Realizáveis A Curto Prazo	11.086.595,05	11.086.595,05
113810901-Créditos a Receber por Reembolso de Salários Mat.Pago-RGPS	63.842,68	63.842,68
218919803- Suprimentos de Fundos-Conciliação Bancária	9.000,00	9.000,00
TOTAL	11.496.406,38	11.496.406,38

Os valores totais de "Outros Recebimentos Extra orçamentários" de R\$ 11.496.406,38 e "Outros Pagamentos Extra orçamentários" de R\$ 11.496.406,23, subdividem-se da seguinte forma:

113110102 - 13º Salário Adiantamento - valor de R\$ 336.968,65, trata-se das 2020NL000259/260 - Apropriação de adiantamento de 13º Salário, referente a folha de pagamento do 13º salário junho/2021-CLT/COM-RPPS/RGPS e estatutário plano previdenciário.

113810600 - Valores em Trânsito Realizáveis A Curto Prazo - valor de R\$ 11.086.595,05 pagamento de suprimento de fundos e valores repassados a esta Unidade Gestora em sua grande maioria pelo Tesouro do Estado para aporte de contrapartida financeira de Convênios.

113810901 - Créditos a Receber por Reembolso de Salários Maternidade Pago-RGPS – valor de R\$ 63.842,68, trata-se de apropriação (Compensação do Salário Maternidade do INSS ao RGPS a Compensar) do Regime Geral da Previdência Social-RGPS com direito a compensar, referente os meses de junho a outubro e dezembro/2021.

218919803- Suprimentos de Fundos-Conciliação Bancária - valor de R\$ 9.000,00,são valores repassados a servidor público para atender despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento desta Unidade Gestora através de Cartão Cooperativo.

6.4 RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

São ingressos de recursos relativos a consignações em folha pagamento, fianças, cauções, dentre outros e, inscrição de restos a pagar, conforme abaixo:

6.4.1 RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR
532700000	Inscrição de Restos a pagar processados	147.013,31
531700000	Inscrição de Restos a pagar não processados	41.316.807,78
21880000	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.066.387,89

6.4.2 Pagamentos Extraorçamentários

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR
631400000	Pagamentos de Restos a pagar não processados	0,00
632200000	Inscrição de Restos a pagar processados	1.033.826,08
2188800000	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.215.868,47

6.5 Pagamentos de restos a pagar processados

Fonte	Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante- Movimentação do		Anexo 12 – Balanço Orçamentário	Saldo p/ o Exercício seguinte
	Baixa	Transferidos	Cancelados	
Anexo 13- Balanço Financeiro	1.033.826,08	193.163,95	16.090,20	193.163,95

6.6 Pagamentos de restos a pagar não processados

Fonte	Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante- Movimentação do		Anexo 12 – Balanço Orçamentário	Saldo p/ o Exercício seguinte
	Baixa	Transferidos	Cancelados	
Anexo 13- Balanço Financeiro		41.316.807,78	191.949,08	41.316.807,78

6.7 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi positivo no valor de R\$ 97.444.977,28, e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 6.722.323,54) e no início do ano (R\$ 104.167.300,82).

RESULTADO FINANCEIRO	
Descrição	VALOR
Saldo do exercício Anterior	6.722.323,54
Saldo para o Exercício Seguinte	104.167.300,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	104.074.247,82
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	93.053,00
Subtotal de Caixa Equivalente de Caixa	97.444.977,28
(-) Rendimento dos Depósitos Restituíveis	(5,42)
Resultado Financeiro	97.444.971,86

6.8 Conciliação do Resultado Orçamentário c/ Resultado Financeiro

Item	2021
Saldo do Exercício Anterior (BF)	6.722.323,54
(+) Transferências Financeiras Recebidas (BF)	203.348.263,43
(+) Recebimentos Extraorçamentários (BF)	58.026.615,36
(-) Despesas Orçamentárias Pagas (BO)	72.907.341,93
(-) Transferências Financeiras Concedidas (BF)	31.812.637,56
(-) Inscrição de Restos a Pagar Ñ Processados (BF)	41.316.807,78
(-) Inscrição de Restos a Pagar Processados (BF)	147.013,31
(-) Pagamentos Extra orçamentários (BF)	17.746.100,93
Saldo para o Exercício Seguinte (BF)	104.167.300,82

7 BALANÇO PATRIMONIAL (BP) – Anexo 14

O Balanço Patrimonial – é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). De acordo com as normas contábeis vigente, o Balanço patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação; e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

ATIVO

O Ativo demonstrado no quadro principal do Balanço Patrimonial é estruturado de acordo com os conceitos contábeis de ativos circulante e não circulante, que são assim compreendidos segundo o prazo e o ciclo operacional do Estado de MS e suas contas são classificadas de acordo com o grau de conversibilidade (significativa da transformação de bens e direitos em moeda corrente).

Ativo Circulante

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

7.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa", é composto principalmente por disponibilidades em Bancos. Conta Movimento apresenta um saldo de R\$ 104.167.300,82, sendo que a Conta Única, na qual é conciliada pela Secretaria de Estado de Fazenda, por meio da Unidade Gestora 900003 – Coordenadoria Financeira do Órgão, a conta corrente n. 202000-9, Agência 2576-3, Banco 001, atende ao Decreto Lei n. 18, de 01 de janeiro de 1979 do Estado do Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre a Unidade de Tesouraria, a execução do Estado de MS e dá outras providências, estando inseridos neste grupo os ativos com maior grau de liquidez, conforme demonstrado a seguir:

Conta Contábil	Descrição	Valor
111110200	Conta Única	0,00
111111901	Banco do Brasil S/A	104.074.247,82
113510101	Banco do Brasil S/A	93.053,00
111111904	Caixa Econômica Federal	,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		104.167.300,82

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras " (-) Aplicações Financeiras da conta única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo "Aplicações Financeiras".

Demais Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos aplicados no mercado financeiro, os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com a legislações específicas das concedentes.

7.2. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Compreende os valores de:

- a) Convênios para as Instituições Privadas e Municípios;
- b) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Descrição	2021	2020
Adiantamentos de Transferências Voluntárias	8.191.641,32	3.016.405,85
Adiantamentos Concedidos – Inter OFSS Município	27.467.363,11	10.280.412,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	93.053,00	93.047,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.752.057,43	13.389.866,34

7.3 Estoque

Os estoques são reconhecidos pelo custo de aquisição ou produção de acordo com a NBC TSP 04 - Estoques. O custo de aquisição também inclui os gastos incorridos diretamente atribuíveis à aquisição do bem. Os itens recebidos a título gratuito, como doações e outras formas, são mensurados e reconhecidos aplicando o valor justo na data da transação.

Compreende também a transferência recebida de Material de Consumo da outra Unidade Gestora UG 710904- FUNTER no valor de R\$ 9.400,00.

As saídas de estoques são mensuradas por meio do custo médio ponderado, considerando o custo histórico de aquisição ou produção.

Descrição	2021	2020
Material de Consumo	31.202,84	17.061,34
Gêneros Alimentícios	977,01	645,40
Auto Peças	8.505,59	839,99
Material de Expediente	8.148,64	1.869,81
Estoques	48.834,08	20.416,54

7.4 Ativo Não-Circulante

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

Descrição	2021	2020
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	9.370.290,23	9.002.290,55
Total do Ativo Não Circulante	9.370.290,23	9.002.290,55

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens móveis adquiridos por convênio.

7.5 Imobilizado

Em atendimento a Portaria STN n. 437/2012 e conforme disposto no MCASP- Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (Portaria conjunta STN/SOF n. 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN n. 700, de 10 de dezembro de 2014).

O Estado de MS adotou a data de corte de 01.01.2015, sendo que os bens adquiridos a partir desta data, foram depreciados sem a necessidade de se realizar uma avaliação de seu valor justo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pelo Estado de MS em suas Unidade Gestoras é o método das quotas constantes, de acordo com a tabela definida no Manual Siafi do Governo Federal, a movimentação de bens ocorridas no mês será registrada no almoxarifado até o quinto dia útil do mês subsequente e consolidada no Demonstrativo Mensal de Operações. Esse método utiliza-se de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

Existem duas situações em que os bens do ativo não são depreciados durante o exercício:

1. Quando o valor líquido contábil do ativo é igual ao valor residual;
2. Bens adquiridos antes da data de corte (01/01/2015), que necessitam reavaliação.

De acordo com o Decreto Estadual nº 12.207, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a administração e o controle de bens que compõem o acervo patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Considera que:

XV - Material de consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

XVI - Material permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e ou tem uma durabilidade superior a dois anos;

Já no mesmo Decreto orienta sobre o Controle e dos Inventários, como segue:

Art. 08º Os bens em almoxarifado serão avaliados pelos seguintes critérios:

I - Pelo custo de aquisição, se material permanente;

II - Pelo preço médio ponderado das aquisições, se material de consumo.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada e compreende os bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, esclarecemos que a administração dos referidos bens do Poder Executivo, encontra-se centralizado na unidade gestora da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização Patrimonial (Unidade Gestora 550101), devido a política de gestão e controle patrimonial pelo Governo.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação conforme característica do bem. O Valor Líquido Contábil do Imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação. Conforme mencionado, compete a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização as atividades relativas a administração, fiscalização, supervisão e controle dos bens imóveis do Poder Executivo Estadual utilizados em serviço público, dos classificados como bens dominiais e dos arrendados ou em poder de terceiros a título precário, sendo que esta atividades são operacionalizada através do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário (SIGESPI) conforme Decreto n.º 14.594, de 31 de outubro de 2016. Saliente-se que o Estado ainda não realiza procedimentos de reavaliação para os bens móveis sendo esse objeto do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. O reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado do Estado está em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

7.6 Bens Móveis

Os Bens Móveis são demonstrados pelo custo de aquisição ou incorporação menos a depreciação acumulada dos bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

O valor dos Bens Móveis apresentado no Balanço Patrimonial é de R\$ 31.315.706,02 (trinta e um milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e seis reais e dois centavos).

Compreende também por Transferências recebidas de Bens Móveis da UG 710904 – FUNTER no valor de R\$ 7.458.920,00.

7.7 Bens Imóveis

- **Bens Imóveis**-Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

- Os Bens Imóveis em Andamento são executados pela AGESUL – UG 570201, consiste em:
 - a) Obras em andamento e,
 - b) Estudos/projetos.

- Ocorre que os valores constantes no SPF em Bens Imóveis não foram registrados no SISPAT, pois no tocante aos registros Imobiliários a política de gestão e controle patrimonial e de bens da administração direta são efetuados na unidade gestora da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização-SAD (Unidade Gestora 550101).

7.8 (-) Depreciação Acumulada- Bem Móveis - Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e utiliza o método das cotas constantes de acordo com o Manual Siafi –Secretaria do Tesouro Nacional. A depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do Ativo seja igual ao valor residual.

7.9 Para uma melhor evidenciação segue quadro do Ativo Imobilizado:

IMOBILIZADO						
BENS MÓVEIS	31/12/2021			31/12/2020		
	CUSTO	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	VL LIQUIDO	CUSTO	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	VL LIQUIDO
Bens Móveis SPF	31.315.706,02	2.029.002,18	29.286.703,84	12.679.639,08	1.451.974,10	11.227.664,98
SISPAT				12.497.049,28	1.451.974,10	11.045.075,18
SUBTOTAL				182.589,80		182.589,80
TOTAL (I)	31.315.706,02	2.029.002,18	29.286.703,84	12.679.639,08	1.451.974,10	11.227.664,98
BENS IMÓVEIS	CUSTO	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	VL LIQUIDO	3.596.570,11	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	VL LIQUIDO
Obras em andamento - 123210601	4.775.017,80	0,00	4.775.017,80	3.339.670,11	0,00	3.339.670,11
Estudos e Projetos - 123210605	256.900,00	0,00	256.900,00	256.900,00	0,00	256.900,00
TOTAL II)	5.031.917,80	0,00	5.031.917,80	3.596.570,11	0,00	3.596.570,11
IMOBILIZADO (I+II)	36.347.623,82	-2.029.002,18	34.318.621,64	16.276.209,19	-1.451.974,10	14.824.235,09

7.10 Passivo Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

7.11 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade;

sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal a Pagar - Consolidado	423.757,34	959.620,38
Encargos Sociais a Pagar	147.013,31	355.881,83
Fornecedores não parcelado a Pagar	103.335,63	121.649,83
Valores Restituíveis - Consolidação	108.822,44	258.303,02
Convênios a Pagar	40,38	5.370,17
Demais obrigações a Curto Prazo	782.969,10	1.700.825,23

Pessoal a Pagar - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, referente ao provisionamento de férias no exercício.

Provisão para Férias: O saldo de R\$ 423.757,34 refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como às férias que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2021).

Benefícios Previdenciários a Pagar

Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefícios de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais, como contribuições ao RPPS e RGPS.

• **Encargos Sociais a Pagar Inter OFSS – União**

Registra os valores relativos as contribuições à previdência social, incidentes sobre salários e remunerações pagos. O valor de R\$ 147.013,31 refere-se à apropriação do INSS Patronal da Folha de pagamento do mês de dezembro/2021.

7.12 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais	103.335,63	121.649,83
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	103.335,63	121.649,83

7.12.1 Fornecedores Nacionais

Compreende os valores a pagar aos fornecedores não parcelados nacionais de bens, materiais e serviços, envolvidos com as atividades operacionais da entidade.

7.12.2 Demais Fornecedores a pagar

Registra os valores de demais fornecedores a pagar, nos termos do art.29, inciso III da LC 101/2000.

7.12.3 Fornecedores Nacionais – Decisões Judiciais – Exceto Precatórios

Compreende/Registra as obrigações decorrentes de decisões judiciais referentes a fornecedores nacionais, exceto precatórios.

7.13 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Descrição	2021	2020
Consignações/Contribuição ao RGPS	53.319,38	
Outros Consignatários	70,00	
Deposito ã Judiciais e Cauções	55.433,06	
Outras Obrig. a Curto Prazo/Conv. a Pagar	40,38	263.673,19
Valores Restituíveis	108.862,82	263.673,19

- **Valores Restituíveis**

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo, como retenções de encargos sociais, pensão alimentícia, empréstimos consignados e entidades representativas de classe e demais retenções de folha de pagamento.

- **Demais Obrigações a Curto Prazo**

Registra as obrigações a curto prazo, como Bens alienados para entrega futura e com recebimento parcelado, sendo que o bem só é entregue ao adquirente após ao término do pagamento das parcelas.

- **Consignações-** Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços, referente a Empréstimos e Financiamento.

- **Depósitos Não Judiciais-** Compreende os valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos, exceto depósitos judiciais, referente a Depósitos e Cauções o valor

- **Convênios a Pagar – Valor a pagar retidos a título de convênios**

7.14 Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

7.15 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores.

Passivo Não-Circulante

Descrição	2021	2020
Bens Móveis Adquiridos por Convênios	9.370.290,23	9.002.991,55
Passivo Não-Circulante	9.370.290,23	9.002.991,55

Bens Móveis Adquiridos por Convênios

Compreende os registros contábeis Bens Móveis adquiridos por Convênio, ainda não finalizados, com prestação de contas futura.

7.16 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O PL-Patrimônio Líquido é representado pela diferença entre os valores do Ativo e Passivo. Em 2021, o PL atingiu um montante de R\$ 164.040.501,64, positivos que, comparativamente ao exercício de 2020.

Balanco Patrimonial-Apuração Pat.Liq	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Resultados Acumulados	164.040.501,64	24.160.677,15
Total do Patrimônio Líquido	164.040.501,64	24.160.677,15

7.17 Resultados Acumulados – Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

RESULTADOS ACUMULADOS		
TÍTULOS	31/12/2021	31/12/2020
Superávit ou Déficit do Exercícios Anteriores	24.160.677,15	20.711.593,49
Superávits ou Déficit do Exercício	139.879.824,49	3.450.057,96
*Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(974,30)
Resultados Acumulados	164.040.501,64	24.160.677,15

• **Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial do período foi positivo de R\$ 164.040.501,64 ante um resultado em 2020 de 24.160.677,15.

• **Contas de Compensação – Controle Credores**
Direitos Conveniados e Outros instrumentos congêneres.

Descrição	2021	2020
Convênios a Comprovar	9.370.290,23	9.002.291,55
Passivo Não-Circulante	9.370.290,23	9.002.291,55

8 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) – Anexo 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanco Patrimonial (BP) do exercício.

8.1 Transferências e Delegações Recebidas

A DVP, demonstra as Transferências Financeiras e Não Financeiras, conforme abaixo:

TRANSFERÊNCIAS DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
Descrição	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	203.348.263,43		203.348.263,43
TRANSFERÊNCIAS Ñ FINANCEIRA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		7.468.320,00	7.468.320,00
TOTAL	203.348.263,43	7.468.320,00	210.816.583,43

8.2. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Repasso Recebido-Executivo	203.348.263,43	29.593.246,45
Transferências Recebidas de Bens Móveis	7.458.920,00	
Transferências Recebidas de Bens Imóveis		
Doações Recebidas de Bens Móveis		
Outras Transferências ñ Financeiras Recebidas	9.400,00	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		52.980,00
Restos a Pagar Processados	16.090,20	
Devolução de Bens de Terceiro em Poder do Estado	1.093.358,35	
Transferências Intragovernamentais (I)	211.926.031,98	29.646.226,45

8.3. Variações Patrimoniais Diminutivas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração a pessoal	12.540.463,70	13.319.947,70
Encargos Patronais	4.813.490,39	4.813.037,46
Benefícios a Pessoal	13.318,20	18.839,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas-Pessoal e Encargos	3.758.535,57	236.008,85
Pessoal e Encargos	21.125.808,25	18.387.833,51
Uso de Material de Consumo	183.580,21	192.230,57
Diária	72.547,24	34.987,23
Serviços	1.476.580,13	594.783,70
Depreciação, Amortização e Exaustão de Bens Móveis	1.098.557,60	537.876,98
Uso de Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.831.265,18	1.324.891,25
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		141,12
Transferências Intragovernamentais	32.006.929,15	1.493.497,14
Transferências Intergovernamentais	10.763.252,69	3.030.457,88
Transferências a Instituições Privadas		53.651,00
Transferências e Delegações Concedidas	42.770.181,84	4.577.606,02
Perdas Involuntárias		78.706,00
Incorporação de Passivos-Bens Cedidos a Devolver	1.461.357,03	800.142,44
Desincorporação de Ativos	1.311.987,58	199,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.773.344,61	879.048,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.200,00
Devoluções de Saldos de Convênios	1.159.162,43	
Indenizações e Restituições-Inter OFSS União	1.386.445,18	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.545.607,61	1.024.448,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS(II)	72.046.207,49	26.196.168,49
Resultado Patrimonial do Período(III)=(I-II)	139.879.824,49	3.450.057,96

8.4 Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências concedidas, como: intergovernamentais, intragovernamentais, tanto financeiras como Não Financeiras.

8.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

a) Incorporação de Passivos

Compreende os Bens de Terceiros em poder do Estado, adquiridos por convênios, e que não possuem mais a obrigação de serem devolvidos, no valor de R\$ 1.461.357,03 e;

b) Desincorporação de Ativos

Desincorporação de passivos doação para Prefeitura valor de R\$ 1.311.987,58.

TRANSFERÊNCIAS DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
Descrição	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	31.812.637,56		31.812.637,56
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		194.291,59	194.291,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.763.252,69	10.763.252,69
TOTAL	31.812.637,56	10.957.544,28	42.770.181,84

8.6 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanco Patrimonial (BP) do exercício.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a Unidade Gestora e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a Unidade Gestora, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 2021 foi superavitário em R\$139.879.824,49 e está demonstrado na tabela abaixo.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	211.926.031,98	29.646.226,45
Variações Patrimoniais Diminutivas	72.046.207,49	26.196.168,49
Resultado Patrimonial do Período	139.879.824,49	3.450.057,96

9 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - Anexo 17 -

A Dívida Flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo e segundo a Lei n. 4.320, compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício Inscrição	Movimentação no Exercício Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	1.096.066,92	147.013,31	1.049.916,28	193.163,95
Restos a Pagar Não Processados	191.949,08	4.131.687,78	191.949,08	41.316.807,78
Valores Restituíveis	258.303,02	5.066.387,89	5.215.868,47	108.822,44

9.1 RESTOS A PAGAR

Lei 4.320/64: "Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

" Denomina-se como processados os Restos a Pagar das despesas "legalmente empenhados cujo objeto de empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo 2º estágio da despesa (liquidação) já ocorreu". Restos a Pagar não processados são aqueles derivados de despesas "legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício".

-Inscrição- Compreende o somatório relativo ao valor da inscrição das despesas empenhadas e não pagas;

-Baixa- Compreende os Restos a Pagar Pagos e os Restos a Pagar cancelados, em razão de insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Detalhamento dos Restos a Pagar

Descrição	valor
Restos a Pagar Processados 2017	46.110,26
Restos a Pagar Processados 2020	40,38
Restos a Pagar Processados 2021	147.013,31
Total dos Processados	193.163,95
Retos a Pagar Não Processados 2021	41.316.807,78
Saldo para o Exercício Seguinte	41.509.971,73
Valores Restituíveis	108.822,44

10 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) – Anexo 18

A Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC identifica as origens dos fluxos de entradas de caixa, os itens que geraram desembolsos de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve os recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos foram utilizados e classifica os fluxos durante o período em fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Elaborada pelo método direto, evidencia as alterações de caixa ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, incluindo as movimentações extraorçamentárias.

10.2 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais e de Investimento

Os ingressos relativos às atividades operacionais compreendem os valores restituíveis (consignações, depósitos não judiciais e outros valores restituíveis), as transferências recebidas para a execução orçamentária (repasso recebido) e as transferências independentes da execução orçamentária.

O Fluxo de Caixa compõe as atividades:

I - Operacionais são as geradoras e consumidoras dos recursos próprios e as atividades residuais que não se enquadram como ações de investimentos e financiamentos;

II - De investimentos são as que referenciam a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros que não caracterizem equivalentes de caixa (sendo estes os que podem ser amortizados em curtíssimo prazo);

Os desembolsos representam as despesas pagas orçamentárias pagas no exercício, bem como o pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, as Transferências Concedidas referente as Obrigações Patronais, Despesas de Exercícios Anteriores e Aporte para cobertura do Déficit Atuarial RPPS e outros desembolsos operacionais, como Consignações, Transferências Concedidas para execução orçamentária, Transferências Concedidas – IEO e outros dispêndios extraorçamentários (retenções sobre os vencimentos e vantagens) conforme demonstrado a seguir:

10.3 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Tabela demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial/Balanco Financeiro		Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	104.074.247,82	Equivalentes de Caixa-Final	104.074.247,82

10.4 OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS/OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Descrição	Anexo 13- Balanco Financeiro	Descrição	Anexo 18- Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
Transferência Financeiras	203.348.263,43	Outros Ingressos Operacionais	220.003.889,96
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados	5.066.387,89		
Outras Recebimentos Extraorçamentários	11.496.406,38		
Grupo 1135-Movimentos Credor	92.832,26		
Total	220.003.889,96		220.003.889,96
Descrição	Anexo 13- Balanco Financeiro	Descrição	Anexo 18- Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
Transferências Financeiras Concedidas	31.812.637,56	Outros Desembolsos Operacionais	48.617.750,09
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados	5.215.868,47		
Outras Pagamentos Extraorçamentários	11.496.406,38		
Grupo 1135-Movimentos Devedor	92.837,68		
Total	48.617.750,09	Total	48.617.750,09

10.5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa final corresponde ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa para o Exercício Seguinte demonstrado no Anexo 13 – Balanco Financeiro e ao saldo da conta no Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado no Anexo 14 – Balanco Patrimonial - R\$ 104.074.247,82, conforme demonstrado a seguir:

Tabela demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis	Valor
Anexo 13 – Balanco Financeiro Saldo p/Exercício Seguinte	104.074.247,82
Anexo 14 – Balanco Patrimonial	104.074.247,82
Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa- Saldo Final	104.074.247,82

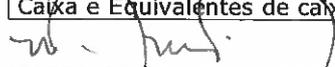
10.6 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e financiamento apresentou saldo R\$ 97.444.971,86, correspondente a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2021.

DESCRIÇÃO	VALOR
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	6.629.275,96
Caixa e Equivalente de Caixa Final	104.074.247,82
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	97.444.971,86

10.7 Detalhamento dos Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
1.Ingressos (I)	220.003.889,96
Outros Receitas/Ingressos Operacionais	220.003.889,96
Transferências Recebidas p/ a Execução Orçamentária	203.348.263,43
Outros Ingressos Extraorçamentários	11.496.406,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.066.387,89
Grupo 1135 – Movimento Credor	92.832,26
2.Desembolsos (II)	106.532.169,60
Pessoal e Demais Despesas	21.520.224,89
Transferências Concedidas	36.394.194,62
3.OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	48.617.750,09
Transferências Concedidas p/Execução Orçamentária	31.812.637,56
Depositos Restituiveis e Valores Vinculados	5.215.868,47
Outros Pagamentos Extraorçamentários	11.496.406,38
Grupo 1135 – Movimento Devedor	92.837,68
4.FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS (I-II)	113.471.720,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS	
5.Ingressos (I)	0,00
6.DESEMBOLSOS	16.026.748,50
Aquisição de Ativo não circulante	14.640.303,32
Outros desembolsos de Investimentos/399630501	1.386.445,18
7.FLUXOS DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (II); ((5-6)	(16.026.748,50)
8.Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)	0,00
9.GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	97.444.971,86
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	6.629.275,96
Caixa e Equivalentes de caixa final	104.074.247,82


MAISA SONIA FRANCISCO
Analista Contábil
CRC MS-006537/O-8